

28 de novembro de 2024 São Paulo, Brasil

Educação Digital e Midiática de Jovens

O desafio de educar para
o uso crítico e seguro da
tecnologia

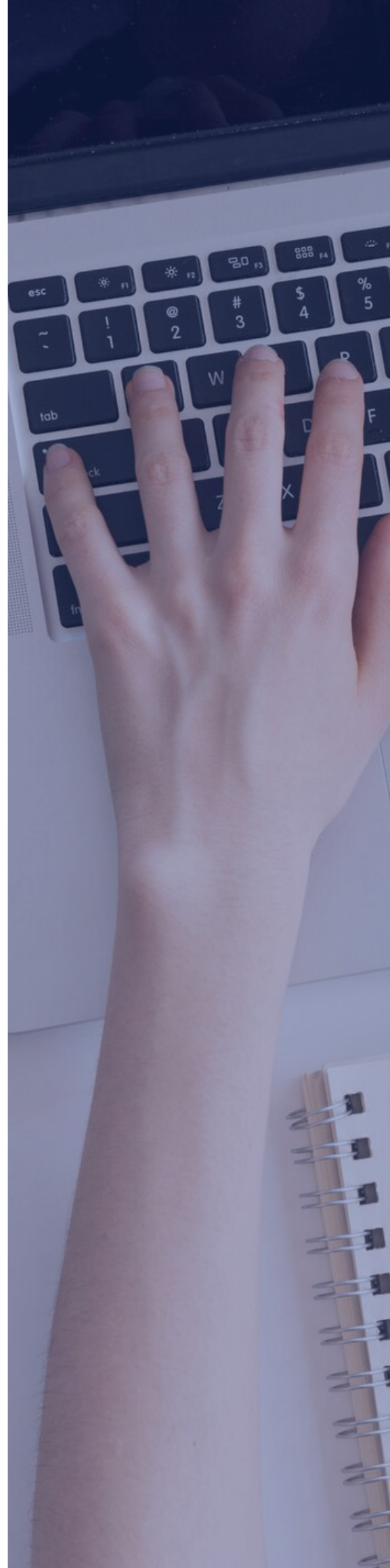
Realização



FRIEDRICH NAUMANN
FOUNDATION For Freedom.

INSTITUTO
PALAVRA
ABERTA

millenium





FRIEDRICH NAUMANN
FOUNDATION *For Freedom.*

INSTITUTO
PALAVRA
ABERTA

millenium 

Sumário

Construção de uma sociedade ética, livre e inclusiva na Era Digital	07
Não há árbitros da verdade	10
Ética e responsabilidade	12
Educação, autonomia e responsabilidades	14
Explicabilidade e centralidade humana	17
Jornalismo profissional: pilar da democracia	19
Verificação de fatos: decisiva, mas pouco popular	20
Reconstrução da credibilidade das instituições	22
Um ambiente digital seguro e inclusivo	24
Agradecimentos	25



Dr. Hans-Dieter Holtzmann

Diretor de Projeto para Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai

A revolução digital transformou a maneira como acessamos, consumimos e compartilhamos informações. No entanto, junto com essas oportunidades surgem também desafios que testam a qualidade do debate público e a solidez de nossas democracias. Durante o Seminário de Alfabetização

Midiática e Digital, realizado em 28 de novembro de 2024, em São Paulo, refletimos sobre como a inteligência artificial, os deepfakes e a desinformação impactam nosso pensamento e analisamos o papel crucial da alfabetização midiática na formação de cidadãos informados, críticos e livres. A alfabetização digital não é apenas uma ferramenta técnica, mas um elemento essencial para a defesa da liberdade individual e o fortalecimento das sociedades abertas.

A inteligência artificial representa um avanço extraordinário na criação e distribuição de conteúdos, mas também impõe desafios éticos relevantes que não podem ser ignorados. Sem o respeito aos princípios de transparência e responsabilidade, o uso indevido dessas tecnologias pode resultar na manipulação da informação e na perda de confiança nas instituições. Diante desse cenário, é fundamental que os cidadãos desenvolvam uma postura crítica e autônoma em relação às informações que consomem e compartilham. A capacidade de distinguir entre fatos e narrativas enviesadas é uma condição essencial para a promoção da liberdade e da democracia.

A luta contra a desinformação não deve se traduzir em regulações excessivas que restrinjam a liberdade de expressão ou promovam mecanismos de controle estatal. É necessário incentivar o pensamento crítico e garantir que o acesso ao conhecimento não seja condicionado por interesses ideológicos. Iniciativas baseadas na educação são fundamentais para fornecer às novas gerações as ferramentas necessárias para fortalecer seu discernimento e sua liberdade de escolha no ambiente digital.

O seminário em São Paulo demonstrou que a alfabetização digital não apenas protege a democracia, mas também reforça a capacidade dos cidadãos de agir de maneira independente em um ambiente global cada vez mais interconectado. As discussões realizadas permitiram identificar oportunidades de cooperação regional para a promoção de uma cultura digital baseada na ética, na responsabilidade individual e na defesa da liberdade. A Fundação Friedrich Naumann para a Liberdade, reafirma seu compromisso com a criação de espaços que incentivem o debate e o desenvolvimento de sociedades abertas.



Patricia Blanco

Presidente Executiva do Instituto Palavra Aberta

A digitalização da sociedade e a democratização das tecnologias de produção e circulação de informações passaram a oferecer uma oportunidade sem precedentes de acessar conteúdos sobre qualquer tema e dar espaço a vozes diversas. Por outro lado, os desafios à construção do conhecimento são imensos. A profusão de autores nos ambientes digitais, agindo com propósitos diversos e, muitas vezes, ocultos, nos expõe à desinformação, boatos, informação enviesada ou fabricada, mensagens com propósito de manipular, convencer ou vender, discurso de ódio, preconceito e tantos outros obstáculos. Somam-se a esse desafio os algoritmos e a chegada da inteligência artificial generativa, que personalizam o que vamos receber, oferecendo recortes da realidade que podem direcionar comportamentos.

A comunicação é um direito humano fundamental que abarca o direito de acessar informações confiáveis e de qualidade, de modo que possamos aprender e tomar decisões que impactam nossa vida pública e privada, e também participar das conversas e decisões da sociedade. Para isso, não basta apenas garantir o acesso à internet; é preciso apoiar o desenvolvimento de habilidades que nos assegurem um uso fortalecedor do ambiente informacional, bem como a possibilidade de participação ativa e autoexpressão ética. Essa é a proposta da educação midiática.

Ao reconhecermos a educação midiática e informacional como pilar da inclusão e da justiça social, podemos perceber sua importância para a sustentação da democracia.

A partir desse entendimento e com o intuito de contribuir para a disseminação desse conceito, ficamos muito honrados com o convite do Instituto Millenium e da Friedrich Naumann Foundation para participar da organização desse importante debate. Os temas trazidos nos painéis - *As novas fronteiras digitais da informação na era da inteligência artificial - desafios éticos e responsabilidade social* e *Combate à desinformação em tempos de deep fake - o papel da educação midiática na construção de audiências críticas* - assim como a abordagem de cada um dos participantes, enriqueceu o debate e nos trouxe uma visão plural e extremamente rica do cenário desafiador que vivemos.

Que este seja o primeiro de muitos eventos que vamos realizar em conjunto e que este relatório contribua para que este debate chegue ao maior número possível de pessoas interessadas em discutir a importância e urgência da educação midiática e digital no Brasil.



Wagner Lenhart

Diretor Executivo do Instituto Millenium

A revolução digital não apenas transformou o acesso à informação, mas redefiniu profundamente a forma como conteúdos são criados, disseminados e consumidos. A popularização das plataformas digitais e o avanço da inteligência artificial generativa ampliaram exponencialmente a capacidade dos indivíduos de interagir em tempo real com o ecossistema informacional. No entanto, esse cenário também trouxe desafios estruturais para a integridade do debate público, afetando a confiança nas instituições e a tomada de decisões individuais. Neste contexto de rápida evolução tecnológica, a educação digital e midiática se torna um elemento essencial para garantir um futuro digital mais aberto, seguro e transformador.

No Instituto Millenium, entendemos que a defesa da liberdade de expressão e das democracias liberais ganha mais força quando os cidadãos são capazes de interpretar criticamente as informações que consomem. O seminário “Educação Digital e Midiática de Jovens – o desafio de educar para o uso crítico e seguro da tecnologia” abordou os impactos das novas tecnologias na mediação da informação e no funcionamento das sociedades abertas. O evento destacou a necessidade de ampliar a transparência dos sistemas algorítmicos, fortalecer a autonomia informacional dos indivíduos e desenvolver estratégias para mitigar os efeitos da desinformação sem recorrer a mecanismos regulatórios e de censura, que restrinjam a liberdade de pensamento e expressão.

A resposta aos desafios da era digital não pode ser o aumento da centralização do controle sobre a informação, mas sim o investimento na formação de cidadãos críticos, capazes de atuar de maneira independente e responsável em um ambiente informacional dinâmico. A inteligência artificial e outras tecnologias emergentes não devem ser vistas como ameaças, mas como ferramentas que, quando compreendidas e utilizadas corretamente, podem impulsionar a inovação, fortalecer a liberdade individual e ampliar o espaço para o pluralismo de ideias.

Esperamos que este material sirva como um ponto de partida para novas reflexões e ações concretas em prol de uma sociedade mais preparada para os desafios da era digital. Que esta iniciativa inspire a formulação de políticas, projetos educacionais e colaborações que fortaleçam a liberdade de expressão, a integridade informacional e o protagonismo dos cidadãos no ecossistema digital.

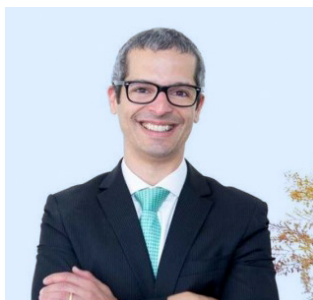
Construção de uma sociedade ética, livre e inclusiva na Era Digital

As constantes e aceleradas transformações digitais, resultado da alta capacidade de invenção da humanidade, trazem avanços decisivos para a melhora da qualidade de vida das pessoas e para a sustentabilidade do planeta. Ao mesmo tempo, quando mal utilizada, a tecnologia vem acompanhada de efeitos colaterais que desafiam as sociedades, ameaçam as democracias liberais e, infelizmente, fortalecem sistemas autocráticos.

Essa dicotomia está evidenciada no ecossistema de informação, cujo modelo de conexão tem garantido ampla participação das pessoas no debate público, revolucionando o modelo de comunicação global. Hoje, mesmo nos mais remotos cantos do planeta, usuários da internet e de plataformas sociais – em boa parte por meio de dispositivos móveis – têm acesso à informação, produzem e compartilham suas vivências e seus pontos de vista.

Por outro lado, o novo arranjo informacional abriu as portas para a manipulação a partir da cada vez mais fácil produção e distribuição de conteúdos falsos, recentemente catalisados pela aplicação de inteligência artificial generativa (GenAI, na sigla em inglês), com o objetivo de desestabilizar os princípios democráticos e a coesão social. O antídoto para esse veneno passa necessariamente pelo fortalecimento do jornalismo profissional e independente e pela qualificação e democratização da educação, sobretudo o chamado letramento midiático.

A construção desses dois pilares, entretanto, exige um complexo conjunto de valores e iniciativas detalhadas, no fim de novembro, por especialistas durante o seminário “**Educação Digital e Midiática de Jovens – o desafio de educar para o uso crítico e seguro da tecnologia**”, promovido pelo Instituto Millenium, em parceria com o Instituto Palavra Aberta e a Fundação Friedrich Naumann e realizado em uma das unidades do Ibmecc em São Paulo (SP). Foram painelistas do evento:



Marco Sabino

Professor de Direito do Ibmec



Alexandre Le Voci Sayad

Especialista em educação e consultor da Unesco



Daniela Machado

Coordenadora do EducaMídia Instituto Palavra Aberta



Mônica Guise

Chefe de Políticas Públicas de Integridade Meta



Renata Cafardo

Repórter do Estadão e presidente da Associação de Jornalistas de Educação (JEDUCA)



Sérgio Ludtke

Editor-chefe do Projeto Comprova e presidente do Projor



Joel Pinheiro

Filósofo, comentarista na Globo News colunista da Folha

Em consenso entre os painelistas, estão eficácia do jornalismo e da educação midiática e suas valorizações, transparência, ética, exercício das responsabilidades próprias e coletivas, garantia das liberdades individuais e de expressão, recuperação da confiança nas instituições democráticas, colaboração, integridade da informação, combate à desinformação e suas nuances e, finalmente, compreensão de como funcionam os atores sociais e o sistema institucional. Toda essa complexidade em um ambiente cada vez mais digital e informacional no qual estamos desafiados a manter e desenvolver a centralidade humana.



“A desinformação não é mais uma questão de Nietzsche (filósofo Friedrich Nietzsche, autor de “Verdade e mentira no sentido extramoral”), mas se tornou uma preocupação para muitos cidadãos ao redor do mundo”, disse o Dr. Hans-Dieter Holtzmann, diretor da Friedrich Naumann para a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, na abertura do evento. “A manipulação de dados não só extorpe a realidade, mas também corrói a confiança em nossas instituições democráticas e em nossa convivência como sociedade”, destacou. Para Holtzmann, a educação digital e midiática assumiu importância fundamental no atual cenário das comunicações.

“Não se trata apenas de saber usar a tecnologia, mas também de adquirir habilidades críticas para analisar, entender e usar informações de forma responsável e eficaz em um mundo conectado”, afirmou.

Segundo ele, a educação é a resposta para o empoderamento, pilar da liberdade individual, e se opõe a medidas restritivas de acesso à tecnologia, tal como a recentemente aprovada lei australiana que proíbe o uso de redes sociais por menores de 16 anos.

Não há árbitros da verdade

A oposição a um ambiente restritivo também foi defendida pela chefe de políticas públicas de integridade da Meta, Mônica Steffen Guise, no primeiro painel do seminário.



“As novas fronteiras digitais da informação na era da inteligência artificial – desafios éticos e responsabilidade social”. A executiva enfatizou que, no combate à desinformação que circula em suas plataformas, a empresa escolheu por manter os conteúdos, mas classificá-los como desinformativos, deixando isso de forma bem evidente ao usuário. “Tomamos a decisão de fazer verificação de fatos e informar ao usuário de que aquela notícia é falsa, para que ele possa alertar ou pelo menos saber, por exemplo, que determinado candidato impulsionou algo falso. “Isso pode ser mais importante do que ter aquele candidato silenciado”.

A representante de Meta também detalhou como a aplicação de inteligência artificial, ainda anterior a GenAI, associada a criteriosas técnicas jornalísticas, é eficiente no combate à desinformação online. Na prática, afirmou ela, os algoritmos estão programados para, de forma constante, buscar sinais de elementos que dão a eles algum grau de certeza de que determinada postagem pode ser falsa.

Ela complementou que uma vez identificado, o conteúdo potencialmente falacioso entra numa espécie de malha fina de um grupo de organizações jornalísticas verificadoras de fatos parceiras da Meta – mais de 100 agências no mundo, das quais seis com atuação no Brasil, todas auditadas pela *International Fact-Checking Network (IFCN)*, do Instituto Poynter. Por meio de uma série de protocolos e metodologia jornalística, as entidades de checagem selecionam as postagens com mais chances de serem falsas, tais como as que viralizam mais, e em seguida identificam e sinalizam o conteúdo caso ele seja inverídico.

O usuário pode estar apto a identificar sozinho quando alguma postagem é falsa a partir de percepções que, de certa forma, compõem as cartilhas de educação midiática. Um ponto, segundo ela, é o fato de que a mentira digital mexe mais com a emoção das pessoas. Ou seja, se gerar euforia, é melhor desconfiar e se certificar da realidade daquela informação. Conteúdos antigos, desatualizados e descontextualizados também são suspeitos, disse Guise. Outro sinal é a grande quantidade de comentários de descrédito à informação, entre outros tantos.

Essas percepções também integram a programação dos algoritmos rastreadores de desinformação da Meta que, conforme sua chefe de políticas públicas de integridade, tem investido muito fortemente em GenAI, modelo de aprendizado de máquina que deve aprimorar os serviços das plataformas da empresa, bem o combate à desinformação.

“É (uma ferramenta) muito mais autônoma e se alimenta de um volume infinitamente maior de dados”, afirmou, para em seguida reconhecer que a GenAI também pode se apropriar de um volume maior de desinformação. Nesse caso, a Meta possui as salvaguardas necessárias para impedir a disseminação, garantiu ela. Guise enfatizou que não há nas redes um caminho livre para quem comete crime virtual, ao contrário do que muitos pensam. **“A empresa colabora diariamente com as autoridades de investigação, desde as piores frentes possíveis, como exploração sexual de menores, por exemplo, até os falsos sites de notícias”**, afirmou.

A executiva da Meta lamentou a possibilidade de o resultado final do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014), ainda em andamento neste mês de dezembro, obrigar as plataformas a retirar do ar conteúdo supostamente desinformativo. **“Não entendo que, como empresa privada, a gente deva ocupar um lugar de determinar o que é verdadeiro e o que é falso, de ser árbitro da verdade. Isso serve de alerta para o que vem por aí e um apelo para que a gente possa, em conjunto, pensar no combate à desinformação a partir de chaves que não representem poderes ilimitados”**, concluiu.

Ética e responsabilidade

Marco Antonio da Costa Sabino, professor de Direito do Ibmec, chamou a atenção para o amplo alcance das iniciativas desinformativas. Citou como exemplo os ataques de chatbots que estão alterando os textos informativos da enciclopédia virtual Wikipedia, fonte de conhecimento para milhões de pessoas ao redor do mundo. Os atentados, lembrou, motivaram uma reação coletiva global que exige um trabalho exaustivo, praticamente manual, de correção do que foi adulterado.



“Vivemos em um mundo no qual existe muita gente perversa. Se há alterações na Wikipedia, o que vai frear um sujeito que está programando a inteligência artificial?”, questionou. Sabino defendeu o estudo e o uso da inteligência artificial generativa, mas alertou para o risco de a ferramenta ser usada como um instrumento de dominação e desinformação. Para ele, esse é um dilema que tem a ética como ponto central, uma vez que por trás dos algoritmos, pelo menos na fase inicial de criação de uma GenAI, estão as pessoas.

As legislações, salientou, têm sido ineficazes para lidar com esses problemas, enquanto o freio pessoal nas relações em sociedade reside justamente na ética, o que suscita uma profunda discussão.

Na prática, segundo ele, todo mundo sabe o que é ser ético e acredita que tem ética suficiente, pelo menos até enfrentar uma situação corriqueira como fugir do trânsito pelo acostamento ou jogar um papel no chão. “Então, qual é a relevância que a gente está dando para a ética, para o ensino de ética, para a cobrança de atitudes mais éticas?”, indagou. Sabino destacou como referência a ética deontológica, teoria de Immanuel Kant (1724–1804), segundo a qual a ética deve ser fundamentada no entendimento humano sobre o dever individual. “Isso é algo que deveria ser a linha mestra de toda a nossa atitude. A responsabilidade não é das empresas privadas, não é do poder público, mas de cada um de nós”, frisou. O professor disse ainda que isso envolve um estado de alerta permanente e, de certa forma, de intolerância com aquilo que é errado e, sobretudo, com a desinformação.

“A ética como um fundamento é a grande tarefa; é isso que temos que cobrar principalmente dos detentores da tecnologia, da inteligência artificial”. A informação, afirmou Sabino, foi por muito tempo monopolizada nas mãos de poucos, e a internet fez

com que essa informação fosse difusa e dispersa. “Não quero voltar a ter a informação disponibilizada nas mãos de poucos, sendo os proprietários da inteligência artificial por isso. É preciso transparência e aproximar o cidadão comum da GenAI às decisões que são tomadas por aqueles que são os detentores dessa ferramenta”.

“Sou um entusiasta da alfabetização midiática. Melhor do que restringir, melhor do que proibir, melhor do que acusar ou responsabilizar, é educar as pessoas. Elas precisam ser educadas para que compreendam a informação, de onde ela vem, qual a pretensão e, obviamente, envolvendo o próprio design do meio para atingir maior alcance, maior engajamento”.

No entendimento de Sabino, isso é importante também nas decisões editoriais. “O jornalismo é cada vez mais relevante, e as decisões editoriais têm que estar nas mãos humanas. Nesse caso, a tecnologia tem que ser uma coadjuvante”.

Educação, autonomia e responsabilidades

Daniela Machado, jornalista e coordenadora do programa EducaMídia, do Instituto Palavra Aberta, fez referência a uma pesquisa que revela o alto grau de digitalização da humanidade. De acordo com o estudo, no ano passado, a cada minuto, foram enviados 694 mil reels no Instagram e registradas 4 milhões de curtidas em postagens no Facebook, enquanto 6,9 mil prompts foram gerados no ChatGPT, em uma tendência de crescimento.



“Sou otimista, gosto de olhar para as oportunidades e o fato de que muito mais pessoas hoje têm voz e a possibilidade de participar do debate público, mas também temos enormes desafios nesse cenário em que todo mundo é potencialmente criador e disseminador de conteúdo”. Machado resgatou uma citação de uma das principais referências mundiais em educação midiática, a professora Renee Hobbs, da Harrington School of Communication and Media, da *University of Rhode Island*: à medida que as formas de comunicação, os novos formatos e as novas linguagens vão surgindo, elas expandem o conceito de alfabetização. “Com o passar do tempo, a gente só foi adicionando camadas novas do que precisamos saber para estar no mundo”.

Atualmente, segundo a coordenadora do EducaMídia, há uma pulverização de autoria de intenções diversas e, muitas vezes, usos maliciosos e negativos de ferramentas que na sua essência original são positivas. “Temos que rever, conversar e discutir questões de regulação das plataformas, pensar em como é que os governos lidam e se colocam com tudo isso, mas também temos que olhar individualmente, quem eu escolho ser em uma rede social, que tipo de conteúdo eu escolho criar com inteligência artificial ou compartilhar. A responsabilidade é de todo mundo”.

Esse entendimento, afirmou Machado, passa necessariamente pela educação, até para que haja uso ético. “Apesar de tanta defasagem na área de educação brasileira, com

tantos problemas básicos e uma população adulta com taxas de analfabetismo funcional elevadíssimas, é preciso olhar para essas novas dimensões, para essas novas camadas e do que significa ser educado hoje em dia. Qual o papel da escola diante de tantas possibilidades? Certamente, o professor não é mais o único detentor do conhecimento, e as relações na sala de aula são totalmente diferentes do que ocorria com gerações anteriores”, disse a especialista.

Segundo ela, existem algumas iniciativas, políticas públicas e esforços para que essas novas dimensões da informação sejam tratadas e refletidas na escola, mas na prática ainda falta muito. Ela citou documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – “AI Competency Framework for Teachers” (AI CFT)” – com diretrizes para formação de professores levando em consideração o uso de inteligência artificial, que precisa fazer parte do dia a dia da escola.

O relatório tem por objetivo **“capacitar os profissionais no uso das ferramentas de IA em suas práticas acadêmicas de forma segura, eficaz e ética, protegendo os direitos dos professores e garantindo condições de trabalho adequadas para eles no contexto do uso crescente da IA no sistema educacional, no local de trabalho e na sociedade em geral”**.

No Brasil, afirmou Machado, há dois documentos importantes que ainda precisam ser reproduzidos de forma efetiva nas escolas. Um deles é a Política Nacional de Educação Digital (PNED) - Lei Nº 14.533, de 2023, que extrapola a ideia da educação digital para além do uso técnico das ferramentas, contemplando a utilização ética das inovações. O outro é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que norteia a construção de currículos no país e tem um extenso componente ligado à cultura digital e ao seu uso ético.

Especificamente sobre inteligência artificial, a jornalista disse que há alguns desafios menos transparentes. Deu como exemplo um experimento que mostra viés algorítmico: nos Estados Unidos, um comando foi dado para uma inteligência artificial geradora de imagens para criar pessoas autistas, sem outra informação, e o resultado foram imagens de meninos brancos em cenários muito sombrios e com feições de depressão. **“São estereótipos que podem não estar em tanta evidência como a desinformação ou as deepfakes, mas são muito importantes de serem combatidos”**.

Os vieses, continuou ela, são vistos na seleção de profissionais, quando são observados preconceitos como o racismo, ou como os planos de saúde aceitam ou não às pessoas, o que tem muito a ver com os bancos de dados que estão alimentando as ferramentas de IA. **“É preciso fazer pressão para que haja mais uso ético e transparência”**. Outro ponto é a dificuldade das pessoas para reconhecer alguma coisa falsa criada por GenAI, que tem voz ou aparência reais. **“Mas já ajuda muito saber que existe a possibilidade desse tipo de manipulação. Levando em conta todas as desigualdades do Brasil, precisamos pensar no conhecimento básico, coisas que talvez possam parecer óbvias, mas é algo que está presente na vida de todo mundo”**.

Em debates sobre regulação ou ética, Machado recomendou sempre levar em consideração a educação. **“Não dá para pensar em internet, redes sociais e inteligência artificial sem contemplar a dimensão da educação, que é um direito de todo mundo”**, disse. Ela lamentou,

por exemplo, discussões simplistas sobre proibir ou não celular na escola que raramente envolvem educação, deixando a mágica impressão de que, a partir de uma certa idade, todos os problemas estão resolvidos e nenhum adulto comete erros com um aparelho na mão. “Temos de pensar na educação como um caminho seguro para construção de autonomia, de um uso mais fortalecedor, mais ético, responsável e crítico das tecnologias, até para contestar e pressionar quando a gente acha que há necessidade de mudança”.

Explicabilidade e centralidade humana

Alexandre Alexandre Le Voci Sayad, educador, jornalista e autor do livro “Inteligência Artificial e Pensamento Crítico: Caminhos para a Educação Midiática”, publicado pelo Instituto Palavra Aberta, disse que falar de GenAI exige que esteja claro que as opiniões são emitidas a partir de um ponto de vista, do recorte pessoal de pesquisa, dos autores lidos, uma vez que existem contradições. E, continuou, todo o algoritmo explicita o ponto de vista de uma realidade e não a própria a realidade.



“O algoritmo sugere algo a partir de um ponto de vista ou cria, no caso da inteligência artificial generativa, algo a partir de um ponto de vista, dos dados que ele tem”. Para Sayad, no fundo, estamos falando de “**uma nova mediação, nossa com o mundo**”, o que leva o debate a duas questões: a primeira é debater essa temática de forma inclusiva, com todos os brasileiros, muitos dos quais não sabem o que é inteligência artificial. “E se a gente entrar no domínio técnico, então, pouca gente vai dominar esse tema, sem demérito a ninguém. Tecnicamente, estamos em um estágio muito aquém do necessário”, lamentou.

Segundo Sayad, é preciso conhecer para pensar criticamente, e isso está associado ao ambiente educacional. Temos de compreender um pouco dos princípios básicos do letramento algorítmico, é você entender o que a GenAI é e como ela funciona, conhecer um pouco a técnica. “**Para quem é da minha época, é como assistir ao Vídeo Show pra ver como era o bastidor de um telejornal ou entender como funciona o jornalismo e os processos de checagem**”. E boa parte do que falamos hoje é aprendizagem profunda de máquina, ou seja, a IA generativa. Ele ressaltou que, em seu livro, de 2021, abordou algoritmos de recomendação, anteriores à GenAI.

“**Nosso pensamento crítico na hora de ficar preso numa bolha de informação ou numa câmara de eco**”, disse. Sayad afirmou ainda que a IA e a GenAI são conceitos difíceis de se chegar a uma unanimidade técnica, e isso se reflete na composição das legislações. A europeia, por exemplo, patinou na hora de definir uma primeira linha de regras para definir

o que é IA e seus impactos nas diversas áreas da sociedade. **“Decidiram então criar um órgão centralizado para controlar esses impactos”**. Já os Estados Unidos começaram pior na legislação, mas depois melhoraram porque perceberam que é mais adequado e ético ver os impactos da IA por segmentos, informou o painalista. Ou seja, **“dentro da educação, por exemplo, a partir da área, como o Ministério da Educação (MEC), ou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no caso da saúde, em se tratando de Brasil”**.

Do ponto de vista da educação básica, as políticas públicas ao redor do mundo ainda são incipientes, com cerca de 11 países com algum tipo de currículo sobre letramento algorítmico, o que é pouco diante da importância de saber ler, analisar, criticar, participar e produzir informação nessas novas fronteiras.

Sayad também chamou a atenção para a explicabilidade (Inteligência artificial explicável, XAI na sigla em inglês), ou seja, entender como o algoritmo funciona, que pesos ele carrega na sua lista de funções e com que base de dados ele foi alimentado. Segundo a IBM, a XAI é um conjunto de processos e métodos que permite aos usuários humanos entenderem e confiarem nos resultados e saídas criadas por algoritmos de aprendizado de máquina.

“A IA explicável é usada para descrever um modelo de inteligência artificial, seu impacto esperado e potenciais vieses. Ajuda a caracterizar a precisão, justiça, transparência e resultados em tomadas de decisão alimentadas por IA”, diz o site da IBM.

O especialista citou Luciano Floridi, um filósofo italiano conhecido pelo seu trabalho pioneiro no campo da Filosofia da Informação e da Ética da Informação e pesquisador do Oxford Internet Institute, no Reino Unido. O pesquisador defende a ideia segundo a qual a Revolução Digital é tão transformadora quanto foi a Revolução Agrícola e que, nesse processo, é necessário valorizar a colaboração. **“A gente tem tempo de tomar as rédeas do processo de desenvolvimento e usar a explicabilidade e a centralidade humana como dois fatores importantes do desenvolvimento dos sistemas de IA a partir de agora”**, defendeu Sayad.

O primeiro painel do encontro contou com a mediação de Wagner Lenhart, Diretor Executivo do Instituto Millenium.

Jornalismo profissional: pilar da democracia

No segundo painel do seminário, “Combate à desinformação em tempos de deepfakes - o papel da educação midiática na construção de audiências críticas”, a jornalista Renata Cafardo, repórter especial do jornal O Estado de S.Paulo e presidente da Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca), destacou a importância de aprofundar a construção do pensamento crítico e a necessidade de educar o cidadão para o consumo de informação, para que ele seja um agente autônomo independente que faça escolhas e que saiba diferenciar conteúdos.

No entanto, em paralelo, disse Cafardo, é necessário valorizar o jornalismo profissional como pilar da democracia. O desafio para tanto, segundo ela, passa por tentar engajar audiências cada vez mais novas, que em sua maioria (67%, segundo pesquisa da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE) não entendem a diferença entre o que é notícia e o que é opinião. Além disso, esses jovens não têm o hábito da leitura de jornal. Por isso, a jornalista afirma que a educação midiática é um sólido caminho para salvar o jornalismo. Segundo ela, se as pessoas entenderem a diferença entre jornalismo profissional e o que é visto em redes sociais ou do que se recebe no WhatsApp e compreenderem a relevância e a importância da atividade jornalística para a democracia, o trabalho dos jornalistas será mais valorizado.



A jornalista afirmou que, se resiste a pagar por jornalismo, boa parte do público está cada vez mais acostumada a assinar serviços de streaming. Para ela, muito dessa resistência ao financiamento jornalístico é de responsabilidade das próprias organizações de notícias que, no começo da internet, decidiram ofertar gratuitamente suas produções editoriais. “Mas acho que precisamos continuar insistindo em fazer o nosso trabalho de forma mais profissional possível, porque isso também é educação midiática”, finalizou.

Verificação de fatos: decisiva, mas pouco popular

Editor-chefe do Projeto Comprova, de verificação de fatos, coordenador do Atlas da Notícia e presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), o jornalista Sérgio Ludtke, disse que a checagem jornalística de conteúdos que circulam na internet não lida mais somente com fatos manipulados e fabricados.



“Há narrativas que provocam desinformação, às vezes, utilizando conteúdos verdadeiros, e precisamos olhar de maneira mais ampla nesse monitoramento para tentar encontrar a intencionalidade de quem produziu e distribuiu aquilo”, afirmou. Segundo ele, o trabalho de verificação de fatos do Comprova começa com a seleção dos conteúdos virais que têm mais alcance e engajamento. A checagem, então, é feita por meio de um rigoroso processo investigativo de três jornalistas de veículos diferentes (são mais de 40 veículos participando do projeto). Esses jornalistas produzem um relatório que passa necessariamente pela revisão de outros jornalistas para ser validado. “Não podemos cometer erros, senão perdemos a confiança”.

A pandemia iniciada em 2020 trouxe outro desafio aos verificadores, contou o jornalista. “Diante do caos instalado por controvérsias em relação ao uso de vacinas, tivemos que buscar especialistas e lidar com a questão do consenso científico”, afirmou. Na época, a composição do Comprova, com veículos de vários estados do país, facilitou o acerto da diversidade fontes que permitiu um disclaimer, segundo o qual a verificação chegou à conclusão com as informações disponíveis até o momento, o que podem mudar no futuro, em que talvez um outro consenso se estabeleça.

“No fundo, o problema é que a desinformação é mais sexy do que a verdade. É muito mais fácil criar rapidamente e sem altos custos uma peça de desinformação do que uma checagem jornalística, cara e trabalhosa”, lamentou Ludtke. Além disso, segundo ele, a verificação de fatos é pouco popular. Prova disso foi o fracasso de audiência de uma

campanha de letramento midiático junto a pessoas com mais de 50 anos, com a presença da apresentadora de televisão Ana Maria Braga e outros famosos.

“Um dos problemas é que ninguém assume que precisa de orientações para evitar desinformação”, afirmou o jornalista, ressaltando que essa desinformação até hoje não foi definida e lei. **“A educação midiática que se leva nas escolas é bárbara, mas precisa ser ampliada para o restante da população”**, disse. O próprio jornalismo, continuou, tem caído em táticas daqueles que produzem falsidades.

Ainda em relação à atividade jornalística, Ludtke alertou para a existência dos chamados desertos de notícias. De acordo com o Atlas da Notícia, quase metade dos municípios brasileiros, onde não há qualquer organização noticiosa e, com isso, também não existe o escrutínio das atividades públicas. Há ainda um outro segmento de regiões com jornalismo precário, muitas vezes sem independência. Nesse vazio, é comum ver sites de prefeituras travestidos de veículos jornalísticos oferecendo informações oficiais, o que não é saudável para a democracia.

Daniela Machado, do Palavra Aberta, deu um exemplo “caseiro” de como o público pode consumir conteúdo parcial como se fosse jornalismo.

“Um dia desses dei uma bronca na minha filha de 14 anos, fanática por futebol de pelo São Paulo Futebol Clube, e que estava há muito tempo navegando na internet a partir do celular, e ela me disse que estava ‘lendo notícias’, como eu sempre defendo”, disse Machado. **“Então, conversa vai e conversa vem e acabei descobrindo que ela estava acompanhando o canal do São Paulo na web, o que não é exatamente notícia jornalística sobre o time”**.

Patricia Blanco, presidente do Palavra Aberta e mediadora do painel, aproveitou para destacar a existência de projetos que aproximam o jornalismo e a necessidade de constante verificação de fatos às novas gerações. Citou como exemplo um projeto do Amazônia Vox, por meio do qual alunos de uma escola pública em Santa Izabel do Pará (PA) revisam e editam em sala de aula reportagens do portal, oferecendo visibilidade e protagonismo a essas crianças.

O editor do Comprova ponderou, por outro lado, que, se há menos cobertura investigativa em alguns lugares, o novo ecossistema jornalístico oferece surpresas agradáveis. **“Há muitos nativos digitais que trazem investigação bem feita. Há uma diversidade no jornalismo que antes era algo muito menos evidente”**.

Ludtke afirmou também que a partir da troca de um modelo de negócio com base na publicidade para um sistema que se sustenta cada vez mais pelo público e no ambiente digital, somado ao uso das redes sociais, não há mais tantas barreiras entre a audiência e os jornalistas, que acabam sofrendo o assédio de seus leitores, ouvintes ou espectadores.

Reconstrução da credibilidade das instituições

“Entre os xingamentos que eu recebo quase diariamente está o de jornalista, embora eu não seja jornalista, pelo menos não de formação”, contou Joel Pinheiro da Fonseca, filósofo, comentarista na Globo News e colunista da Folha de S.Paulo, para ilustrar a baixa credibilidade da imprensa na Era Digital. Para ele, o mesmo fenômeno atinge a pesquisa científica das universidades, que são também fonte para os jornalistas. A origem do problema, disse, é que essas instituições não estavam preparadas para as mudanças perpetuadas pela tecnologia.

No passado, segundo Fonseca, havia uma dependência “dos canhões da grande imprensa”, que por sua vez ouviam e davam voz aos especialistas das universidades. “Eram as autoridades no debate público, as únicas vozes do debate”, disse. Quem não tinha espaço na imprensa estava fora dessas discussões, uma vez que sua voz não tinha alcance, comentou o filósofo.



“Com as novas tecnologias e as redes sociais, houve uma mudança na autoridade da imprensa estabelecida. Hoje, um youtuber que nunca passou por uma sala de redação, consegue levar suas ideias a mais pessoas do que o principal programa de jornalismo do país”, ressaltou. “Antes, a carteirada institucional era o bastante para encerrar uma discussão. Agora, como não é mais a única fonte, como as fontes se multiplicaram, o poder retórico da carteirada institucional foi implodido”.

Atualmente, frisou Fonseca, destacar o status de ser um doutor de universidade ou um jornalista de um grande veículo de imprensa pode até resultar em um efeito contrário, de rejeição do público.

Houve ainda, conforme Fonseca, uma transformação na estética da comunicação. “O jeito certinho do apresentador, com um vocabulário sofisticado e impessoal, transmitia confiança. Hoje, o (Jair) Bolsonaro na mesa dele comendo pão passa mais credibilidade justamente porque não está se esforçando para parecer algo que não é”, afirmou.

Em um ambiente em que as pessoas procuram as fontes de informação de acordo com os valores dela, Fonseca disse que “no final das contas, no nível mais basal, há um problema de perda de confiança básica” nas instituições que geram conhecimento científico ou jornalístico.

“Reconstruir essa confiança é o grande desafio em meio a uma comunicação muito mais horizontal e pessoal”.

No entendimento dele, para reconquistar credibilidade, o jornalismo deveria, primeiramente, se aproximar das pessoas, mostrando, por exemplo, como é o dia a dia dos jornalistas. Em segundo lugar, disse Fonseca, as organizações jornalísticas deveriam garantir mais diversidade ideológica dentro das redações, de forma equilibrada.

O filósofo salientou que a crise de credibilidade afeta várias instituições, para além do jornalismo. “Ao olharmos para a realidade política global, é fácil ver a falta de confiança nas eleições, no Ministério Público, no Judiciário... enfim, na democracia e, em última análise, na Constituição”, alertou. Talvez, analisou Fonseca, seja o caso de pensar em reconquistar a confiança das pessoas em “valores mais abrangentes, nos fundamentos da democracia liberal e não em uma liderança populista de ocasião, que surge exatamente quando a gente abandona a crença nas instituições”.

Patricia Blanco observou que o jornalismo não deve correr atrás da verdade “com vê maiúsculo” ou absoluta, mas se basear na verdade factual. “Podem existir visões diferentes, mas o fato que está ali tem que ser colocado”, enfatizou.

A sugestão do colunista da Folha de detalhar ao público como é o processo de produção de notícias não está tão distante da realidade é já foi experimentado por projetos como a *webserie* “Conhecer para Defender”, do Instituto Palavra Aberta, que explica caminhos e procedimentos adotados por jornalistas profissionais desde a elaboração da pauta até a publicação da notícia, e o Estadão na Escola, parceria do jornal paulista com o Palavra Aberta.

Um ambiente digital seguro e inclusivo

Ao final do encontro, Holtzmann, diretor da Friedrich Naumann, disse que, diante das novas fronteiras éticas, traçadas principalmente pelo uso de inteligência artificial generativa, a educação midiática é fundamental para que a sociedade possa construir uma sociedade informada, livre e resiliente.



“A educação não é relevante para os jovens, mas para todos, incluindo os professores nas escolas e nas universidades”, afirmou. Holtzmann também destacou os seguintes pontos-chave do debate realizado pelo o Instituto Millenium: a necessidade de criar pontes entre a tecnologia e a ética; a importância de empoderar os jovens com pensamento crítico; os compromissos que devemos assumir, como instituições e indivíduos, para garantir um ambiente digital mais seguro e inclusivo; e o fato de que o jornalismo de alta qualidade talvez seja mais importante do que nunca.

Agradecimentos

O evento proporcionou um espaço de reflexão sobre os desafios e as oportunidades decorrentes da crescente digitalização da informação, destacando o papel fundamental da educação midiática neste cenário. As discussões abordaram a urgência de uma educação inclusiva e informada, capaz de preparar as novas gerações para enfrentar as questões éticas e práticas da era digital com pensamento crítico e responsabilidade. A construção de um ambiente digital seguro e a promoção do pensamento crítico emergem como pilares fundamentais para assegurar que a sociedade, como um todo, esteja devidamente preparada para as rápidas transformações que ainda estão por vir. Além disso, ficou evidente a necessidade de colaboração entre as instituições educacionais, os meios de comunicação e os cidadãos, a fim de moldar um futuro mais justo, em que todos tenham acesso à informação de qualidade.

Esperamos que este material sirva como um ponto de partida para novas reflexões e ações concretas em prol de uma sociedade mais preparada para os desafios da era digital. Que este evento seja o primeiro de muitos a serem realizados em conjunto e que, por meio de políticas públicas, projetos educacionais e colaborações entre diferentes setores, possamos fortalecer a liberdade de expressão, a integridade informacional e o protagonismo dos cidadãos no ecossistema digital.

Este documento foi compilado por **Hélio Gama Neto**, jornalista, que teve um papel fundamental em organizar e traduzir os insights gerados de forma clara e acessível, garantindo que essas reflexões cheguem a um público amplo e contribuam para a implementação de ações concretas em prol da educação midiática e digital.



FRIEDRICH NAUMANN
FOUNDATION *For Freedom.*

INSTITUTO
PALAVRA
ABERTA

millenium 



Realização:



**FRIEDRICH NAUMANN
FOUNDATION** For Freedom.

INSTITUTO
**PALAVRA
ABERTA**

